Nº 114
CPL

ARMAZÉM MATEUS S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

6. Tributos a recuperar

7. Outros ativos

(*) Os precatórios foram homologados pelo do São Luís/MA mediante intermediação do Estado do Maranhão, no mês de setembro de 2014. Que foram compensados com dívidas de ICMS e vencidos e baixou 100% (cem porcentagem) de ICMS que detinha com o Estado do Maranhão. A Empresa pagou acima de precatórios o valor de R$ 22.900,00 e a diferença pagou acima de precatórios o valor de R$ 22.900,00 e a diferença de R$ 43.200,000. A Companhia registra o ganho na transação somente no ato das compensações e homologações pelo Estado. Ou seja, o valor registrado no ativo não é de se esperar que seja baixado ou pelo menos que impossibilitar recuperação até o período. 8. Imobilizado. a) Movimentação do custo

b) Movimentação da depreciação acumulada

9. Fornecedores

9.1 Fornecedores comum: A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia, para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias a sacados, e que possibilita aos fornecedores, antecipar recebíveis no curto correl das compras efetuadas. Estas transações foram avaliadas pela Administração e ela concluiu que os saldos apresentados demonstrados, uma vez que não há alterações em preço não prazo normalmente e estabelecidos comercialmente e esta ainda e individualmente na duração do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis junto a Companhia. A Companhia tem estas transações remetendo de acordo de prazo, normalmente dentro prazo de até 360dias, não a remuneração de antecipação, financeiro. 10. Empréstimos financeiros

(a) Os financiamentos para investimentos em substituição de novos unidades e reforma nos centros de distribuição estão pactuados junto aos bancos variando de 1,04% a 1,20% mais antecipação pelo FIDC e como garantia de primeiro bens Estabelecia e substituída no valor R$ 1.355, sendo do nível dos bancos; (b) Os financiamentos para investimentos em máquinas e equipamentos – FINAME pactuados com taxa fixa anual variando em 3,0% e demais pela UR – TJLP com variações entre 3,0% na modalidade PSI – Programa BNDES de máquinas e equipamentos, e demais garantias financeiras e aquisições sendo do nível dos bancos; (c) Os valores de conta garantia pactuam taxas de juros anuais de 1,01%, e seu saldo garantir o nível dos bancos. Os saldos de antecipação e financiamento não possuem garantias, restrições ao comercial.

Movimentação dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as parcelas de longo prazo possuem as seguintes vencimentos.

10.1 Arrendamento mercantil. Os ajustados ao arrendamento mercantil financeiro totalizam R$ 12.794 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 15.249 em 31 de dezembro de 2016), de acordo com o teste a seguir

11. Debêntures

(*) Valor referente de despesas incorridas para emissão das duas séries das debêntures

Em 15 de agosto de 2014 o Armazém Mateus emitiu e série única de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R$ 20.000,000 vencendo em 15 de agosto de 2023 e remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,95% a.a. As debêntures estão custodiadas de registro de distribuição na Companhia de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, "caput", da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 8º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição. Em 15 de janeiro de 2017 o Armazém Mateus emitiu em duas séries, certificadas simples, não conversíveis em ações sendo assim, 1ª Série no montante de R$ 40.000, e 2ª Série no montante de R$ 40.000 com vencimentos em 15 de janeiro de 2025 e 15 de janeiro de 2022 respectivamente. As debêntures da 1ª Série estão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 3,20% a.a. As debêntures da 2ª Série estão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 3,10% a.a. Ambas estão dispensadas do registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, "caput", da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 8º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição. De acordo com o CPC 00 "Critério dos remissões e partes na emissão de dívida de valores mobiliários", os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e esses custos são acompanhados de acordo com a taxa efetiva de remuneração até o prazo de vencimento das respectivas dívidas. Seguem as características gerais das debêntures da Sociedade: Garantias da primeira e segunda emissão. Contrato de cessão fiduciária, celebrado entre o Armazém Mateus, o agente fiduciário e o Banco Bradesco S.A., que qualificado de banco mandatário, em observância ao disposto no Artigo 66-B, da Lei nº 4.728/1965, com a nova redação dada pelo Artigo 55 da Lei nº 10.931/2004. Primeira emissão: série única; tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações. Espécie: garantia real – da espécie bens; Valor unitário: R$ 625.000; Valor nominal: R$ 100 por debênture. Segunda emissão: duas séries; Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações; Espécie: garantia real – da espécie bens; Valor unitário: R$ 100.000 (1ª Série 60.000 e 2ª Série 40.000); Valor nominal: R$ 1,00 (um real) por debênture.

Condições restritivas financeiras (covenants): As debêntures contém cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, caso não haja o cumprimento de determinados índices financeiros, antecipação do mutuo na construção do CD e abastecimento do mesmo com estoques. A Companhia vem cumprindo todas as condições mínimas. Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas de longo prazo possuem as seguintes vencimentos.

12. Obrigações trabalhistas e tributárias

13. Partes relacionadas.
As operações e saldos em aberto estão apresentados a seguir

a) Mateus Supermercados S.A. A Armazém atualiza as lojas de Mateus Supermercados, aproveitando seus centros distribuidos que estão localizados próximo as lojas, conando e problema de abastecimento do Estado do Maranhão. b) Mateus Locações. A Armazém tem sua própria logística e distribuição utilizando-se de veículos locados da Mateus Locações. c) Rio Balsas. A Rio Balsas é detentora da marca do Grupo Mateus, sendo assim a Armazém realiza negociações a Rio Balsas referente a locação da marca. 13.1. Termos e condições de transações com partes relacionadas. As movimentações de vendas e compras, operações envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais do mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro ou através de distribuição de dividendos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não constituiu qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionadas com os valores devidos por partes relacionadas. Esta avaliação é realizada a cada exercício social, examinando a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua. 13.2. Remuneração da Administração da Companhia. A remuneração paga aos administradores e diretores foi de R$ 70 no ano de 2017 (R$ 91 em 2016). 14. Provisão para riscos. A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa das demandas judiciais pendentes e, quanto to aos tributarias, com base na experiência anterior relativa às ações reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro de 2017, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

a) A provisão para contingências o risco, em 31 de dezembro de 2016, dos ajustados como perda provável, está apresentada a seguir

A Companhia também figura como parte em alguns processos judiciais trabalhistas e cíveis que surgem no curso normal de suas operações, por outro lado, seus consultores jurídicos entendem de chances de perda como possível e remoto. O valor das causas dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não sendo de provisionamento, monta em R$ 2,245. Segue a movimentação da provisão para contingências e riscos.

b) Depósitos judiciais – ativos não circulantes. A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados de processos trabalhistas, tributários e cíveis, de quase nenhum desembolso esperado.

Segue a movimentação da provisão para depósitos judiciais.

15. Patrimônio líquido, a) Capital social. O capital social integralizado em 2016 que era de R$ 236.207 passou a ser de R$ 977.907 em 31 de dezembro de 2017 e está representado por 87.790 ações nominativas, no valor de R$ 10,00 (dez reais) cada uma. Quadro acionário:

a) Incentivos fiscais. A projeção de investimento do item 10.3 do Sist. Incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2017 até 2018 está representada e segue não foi consolidada nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, devido a Ata de Reunião dos Acionistas decidirem por não reinvestir qualquer tipo de distribuição. O montante adicional a esse valor devendo de aprovação dos Acionistas no Acionistas e está contabilizada

As reservas de incentivos fiscais são geradas pelo crédito presumido de redução da base de cálculo do ICMS conforme decreto 10.714/2014 da Sefaz – MA. A reserva é constituída com base nos normas contábeis e somente não pode ser distribuída ou capitalizada pela sociedade, conforme demonstrado no novo explicativo nº 20. 16. Impostos de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência. a) Tributos correntes A apurar e reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

a) Tributos diferidos É constituído um ativo ou passivo referente aos tributos diferidos e parciais diferenças temporárias diferidas ou tributáveis e com base nos prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores, de acordo com a legislação tributária brasileira, não um prazo prescricional para serem compensados. Demonstrativo do cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referentes de 2016, registrados no exercício.

A estimativa de recuperação do saldo líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativo ativamente está diretamente relacionada com a relação das provisões e que estão relacionadas. 17. Receita líquida de vendas

Todos os valores que compõem as receitas líquidas surgem a base para o cálculo de impostos de renda e contribuição social, impostos indiretos sobre vendas como ICMS, principalmente, no ICMS (alíquota de 9% a 20%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% ou 1,65%) e a Cofins (alíquota de 0% ou 7,6%). 18. Custos e despesas por natureza. a) Custos

b) Despesas administrativas e gerais

19. Resultado financeiro

20. Subvenções governamentais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia incluiu a R$ 197,976 em subvenções estaduais (31 de dezembro de 2016: R$ 250,042). Uma subvenção governamental deve ser inicialmente incluída receita no período a condenaria com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido. O tratamento contábil da subvenção governamental como receita deriva dos seguintes principais argumentos: (a) Uma vez que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e destina-se ao de gestão em benefícios da sociedade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas, sim, reconhecida como receita nos períodos apropriados; (b) Subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente esta receita quando cumpre as regras das subvenções e quando demonstrarem que pode. A subvenção, nesta forma, deve ser reconhecida como receita no demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece as contas relacionadas a subvenção que são objeto de compensação; (c) Assim como os custos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, e lógico registrar a subvenção governamental que a, em seguinte, uma dedução da parcela fiscal, como receita na demonstração do resultado. A subvenção estará ali não diretamente a despesa. 21. CEDAE (Estado do Maranhão). O Armazém Mateus S.A. é beneficiário do Termo do Acordo do Regime Especial – ICMS benefício decreto 10.714/2014 da Sefaz – MA. O benefício consiste na utilização de crédito presumido da redução da base de cálculo do ICMS, que resulta em 28,53% do valor integral do imposto devido ao Estado do Maranhão nas operações de vendas em operações internas e interestaduais. Abaixo, segue quadro resumo das operações efetuadas orientadas.

O saldo acumulado em 2018 de R$ 591,131 foi utilizado em suas atividades sob a integralização de capital social, de acordo com a AGC realizada em 18 de agosto de 2017. 21. Perdas operacionais. A adjunta das operações do comércio atacadista implica em grande movimentação interna de mercadorias. Assim, movimentações ocorrem perdas inerentes ao produto, como perdas em transporte, perdas normais do inverno, perdas no armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por inoperância de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em venda na distribuição. A Companhia mantém seus departamentos através de departamentos específicos e ainda de profissionais capacitados para ocorrência. 22. Gestão de riscos e instrumentos financeiros a) Considerações gerais e políticas. A Companhia observa operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros e realizada através de políticas, definição de estratégias e acompanhamento de resultados de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia. Aplicações financeiras. Os recursos com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos poderão ser celebrados segundo avaliação de critérios de crédito de contraparte em questão, potencial máximo da exposição por instituição do montante com o risco e patrimônio líquido do patrimônio líquido do banco. b) Gestão de riscos financeiros. Fatores de risco financeiro. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de mercado (incluindo risco de mudança de taxas de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos sócios. c) Risco de mercado. A Companhia está exposta a risco de mercado decorrentes das alíquotas de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. i) Risco de taxa de juros. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia vem como política manter os indexadores de suas aplicações à taxa de prime atrelada a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são compostos pelo CDI pós-fixado, conforme consulta firmada com as instituições financeiras. b.2) Risco de liquidez. Agente prudente controle de liquidez e fluxo de caixa, sistema e ações preventivas suficientes. a possibilidade de liquidar arcar as taxas de crédito comprometidas e capacidade de liquidar operações de mercado. A Administração mantém o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado das características as taxas do crédito não utilizadas, a conta e equivalentes de caixa, o Gestão de capital. Os objetivos da Companhia em administrar seus capitais são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retornos aos sócios, o benefício de outros para as interessadas, assim como manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. a posição financeira líquida corresponde ao total de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. 23. Cobertura de seguros. A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, constituídos por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

ECONOMIA

-0,97%	+2,67%	+0,21%	+0,04%	+0,86%
BOVESPA	DÓLAR	EURO	OURO	NASDAQ
71.421 PTS	R$ 3,81	R$ 4,39	R$ 157,51	7.762 PTS

economia@mirante.com.br

Fomenta atrai 3.200 no Maranhão

Público lotou espaços em busca de dados sobre compras governamentais e oportunidades para as micro e pequenas empresas nesse nicho de mercado

O Fomenta Maranhão 2018, promovido pelo Sebrae, resultou em 3.200 participações de público nas palestras e painéis nos dois dias da programação. O evento, realizado no início da semana, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, discutiu as compras governamentais e a possibilidade dos pequenos negócios aproveitarem esse nicho de mercado para aumentar seu faturamento.

O diretor superintendente do Sebrae no Maranhão, João Martins, destacou a satisfação da instituição pela realização do Fomenta Maranhão 2018. "Encerramos este evento com um grande orgulho de termos contribuído com todos os que estiveram aqui nesses dois dias de difusão do conhecimento, de aprendizado e compartilhamento de informações. Ensinamos e ao mesmo tempo aprendemos e nessa sinergia cumprimos o nosso objetivo com o Fomenta que foi o de mostrar aos pequenos negócios maranhenses que é possível serem contratados da administração pública", destacou.

Para quem mora no interior do estado, a participação no Fomenta Maranhão 2018 também foi significativa. O Sebrae, por meio de suas 11 regionais e quatro Núcleos de Atendimento Empresarial (NAEs), organizou caravanas de mais de 80 municípios que totalizaram 495 pessoas dentre empresários de pequenos negócios, microempreendedores individuais, produtores rurais de pequeno porte, gestores e representantes do poder público municipal e Agentes de Desenvolvimento Local (ADLs)

"Foi uma experiência única participar do Fomenta. Levo daqui amizades, compromisso e o prazer de participar de mais um evento do Sebrae que abriu meus horizontes para o que quero do meu futuro como empresária. Para quem perdeu, só temos a lamentar; porém quem participou, foram dois dias de muito aprendizado, que iremos levar para o dia a dia dos nossos negócios", sinalizou a empresária Judeile Andrade, em Guimarães.

"Participar do Fomenta foi algo impactante e elucidativo para nós, que somos pequenos. Saber que podemos concorrer nas licitações e que isso não é um bicho de sete cabeças. É muito bom, nos abre mais uma porta de mercado para a empresa ter lucro. No entanto, vimos que precisamos tomar alguns cuidados, saber analisar e estudar um edital para que não sejamos pegos desprevenidos e possamos honrar os compromissos do contrato, caso contrário podemos sofrer punições. Por isso, todas as informações que recebemos aqui foram extremamente válidas", destacou a empresária Silvia Passos, que participou do evento na caravana da Vila Luízão, Sol e Mar e Divinéia.

"Outro ponto favorável na programação foram os painéis que trataram de empreendedorismo e desenvolvimento local, com pessoas altamente gabaritadas, como o colombiano Jorge Melguizo que nos deu uma aula do que podeser feito quando se tem vontade política e união da comunidade em favor de um objetivo comum, de algo que será bom para toda uma coletividade. O exemplo do que aconteceu lá em Medellín pode muito bem inspirar", ressaltou Silvia Passos. ●

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA
AVISO DE ERRATA

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018. A Câmara Municipal de São Pedro da Água Branca/MA, através do Presidente, no uso de suas atribuições legais, torna público, que do aviso publicado no Diário Oficial do Município, 01 de junho de 2018, sexta-feira e Jornal do Estado do Maranhão, 08 de junho de 2018. Onde se lê:

Licitação	Objeto	Data	Horário
TP-006/2018	Contratação de empresa especializada e habilitada em engenharia, na área de construção civil, para reforma do plenário e construção de dois banheiros, para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Pedro da Água Branca/MA.	20/06/2018	10h.00min.

Leia-se:

Licitação	Objeto	Data	Horário
TP-001/2018	Contratação de empresa especializada e habilitada em engenharia, na área de construção civil, para reforma do plenário e construção de dois banheiros, para atender as necessidades da Câmara Municipal de São Pedro da Água Branca/MA.	26/06/2018	09h.00min.

São Pedro da Água Branca/MA, 13 de Junho de 2018. JOSÉ LIMA SILVA – Presidente